



INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
EQUIPE TÉCNICA DE PREVENÇÃO E ATENDIMENTO ÀS EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS - AL

Despacho nº 16279203/2023-Nupaem-AL/NEF-AL/Ditec-AL/Supes-AL

Processo nº 02003.000959/2023-45

Interessado: ELISA OLIVEIRA DE MORAES OAB/AL 15.822

À/Ao CHEFE DA DITEC/AL

Assunto: Ref: Despacho DITEC-AL 1618992

1. Em Atendimento ao Despacho nº [16189982](#)-Ditec-AL/Supes-AL referente ao Ofício nº 02/2023 (SEI [16152917](#)) informo que desde o início das primeiras ações de respostas ao acidente, que causaram danos estruturais nos imóveis e vias de circulação no bairro do Pinheiro, no início do ano de 2018, a Superintendência do IBAMA em Alagoas participou das reuniões de planejamento das ações de remediação ambiental, e dos simulados promovidos pelas Defesas Civil Estadual e Municipal.

2. Posteriormente, em maio de 2018 o Ministério Público Federal-MPF instaurou o primeiro Inquérito Civil nº 1.11.000.000649/2018-29 para apuração dos fatos, e se as causas do acidente tem relação com a exploração de sal-gema, realizado pela Braskem. Durante os anos subsequentes o Ministério Público Federal de Alagoas assumiu a apuração dos danos ambientais causados pela empresa.

3. Informo que a a licença ambiental de operação da Braskem para exploração da jazida de sal-gema, foi emitida pelo órgão ambiental estadual, o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas-IMA, portanto com base no artigo 17 da Lei Complementar nº 140/2011, a competência para apuração dos danos ambientais é do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas-IMA, conforme descrito a seguir:

Art. 17. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

4. Atualmente, a apuração dos danos ambientais causados pela Braskem nos bairros afetados pela exploração de sal-gema estão sob a condução do Ministério Público Federal de Alagoas e a Superintendência do IBAMA em Alagoas já se colocou a disposição do Ministério Público Federal, caso seja necessário.

5. Em relação aos animais domésticos e silvestres, a destruição dos habitats naturais dos animais silvestres, causado principalmente pela expansão de áreas urbanas, gerou como consequência um aumento em interações entre a população humana, animais domésticos e a fauna silvestre local. Esse fato ocorre em todas as áreas urbanas pois muitos animais silvestres se adaptam ao habitat antropizado, e os predadores que permanecem na área se alimentam de presas disponíveis, e geralmente essas presas são os animais domésticos por serem mais abundantes. Destaco que algumas espécies de animais silvestres existentes na região são incumbidos de manter o equilíbrio ecológico,

através da manutenção do controle natural de populações de fauna, incluindo espécies portadoras de organismos patogênicos que podem transmitir doenças aos seres humanos.

6. De acordo com o Informativo "*Programa de Apoio aos Animais*" (SEI [16279343](#)) a Braskem executa um programa cuja finalidade é atender e cuidar dos animais existentes nas áreas afetadas pelo acidente da mineradora.

7. Referente às ações a serem executadas a fim de sanar os impactos ambientais na fauna existente nas área afetadas, cabe ao poder público estadual, conforme artigo 8º da Lei Complementar nº 140/2011 descrito a seguir, realizar a gestão, manejo e resgate dos animais existentes nas áreas atingidas, juntamente com o empreendimento licenciado (Braskem). Ao IBAMA cabe a ação supletiva ou subsidiária, desde que acionado pelo ente da federação detentor da atribuição. (art. 2º incisos II e III).

Art. 2º Para os fins desta Lei Complementar, consideram-se:

I...

II - atuação supletiva: ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas nesta Lei Complementar;

III - atuação subsidiária: ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas nesta Lei Complementar.

Art. 8º São ações administrativas dos Estados:

...

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida aos Estados;

XIV - promover o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ressalvado o disposto nos arts. 7º e 9º.

8. Segue abaixo o link com as informações pormenorizadas sobre os danos ambientais causados pela Braskem aos bairros do município de Maceió e os procedimentos de apuração dos ilícitos ambientais decorrentes da exploração de sal-gema realizado pela Braskem.

[Atuação do MPF/AL — Caso Pinheiro/Braskem](#)

[Braskem Alagoas](#)

9. Encaminho o presente processo para as providências necessárias.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

ROBERTO WAGNER CAPPARELLI DANTAS

Analista Ambiental/Agente de Emergência Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO WAGNER CAPPARELLI DANTAS, Analista Ambiental**, em 10/07/2023, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **16279203** e o código CRC **8134EA5B**.

Referência: Processo nº 02003.000959/2023-45

SEI nº 16279203

Criado por [roberto.dantas](#), versão 28 por [roberto.dantas](#) em 10/07/2023 15:33:53.